A negação do corpo no discurso do espaço escolar

Clóris Maria Freire Dorow (UCPEL/CEFET/RS)
clorisdorow@hotmail.com
Elisane Pinto da Silva Machado de Lima (UCPEL/CEFET/RS)
elisane@cefetrs.tche.br

1. INTRODUÇÃO

A escola compreende um espaço em que regras, direitos e deveres determinam a conduta do sujeito aluno e do sujeito professor, os quais agem e formulam seu dizer a partir de seus lugares ideológicos. Esses lugares, ocupados pelos sujeitos, perpassam o dizer destes, o que faz com que, no espaço escolar, o discurso da direção e do professor seja dotado de um poder e de uma autoridade não experimentados pelo sujeito que ocupa o lugar de aluno. Sendo assim, num espaço em que um dos principais objetivos é a formação do sujeito aluno, através da transmissão de saber, há uma evidente valorização da mente em detrimento do corpo, fazendo com que este seja cerceado, controlado, vigiado, através de proibições que inibem o seu existir material e histórico.

Segundo Foucault (2000, p.154), "o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras." Assim, o poder manifesta-se através das normas que são estabelecidas nos dizeres que ocupam o espaço escolar, ajustando os indivíduos dentro de uma homogeneidade que funciona como uma forma de regramento das diversidades individuais, tornando-as evidentes.

Assim, no início de sua infância, o aluno reconhece e tem de seguir uma série de normas que visam ao desabrochar de seu autocontrole no reduto educacional e que representam o disciplinamento de seu corpo em detrimento do aflorar de seu intelecto. Oliveira (2006, p. 60) postula que "ser aluno significa, antes de mais nada, assumir o papel designado, o que por sua vez, deixa explícito um constante esforço para abolir qualquer traço de rusticidade que possa de alguma forma retratar sua relação com a natureza."

O que se pretende, pois, neste trabalho, é, com base na teoria da Análise de Discurso, analisar os enunciados formulados a partir da proibição, no intuito de se mostrar as relações de poder no espaço escolar e o controle exercido (pretendido) sobre os corpos.

2. O PROIBIDO

Os dizeres expostos no espaço escolar apontam para uma vigilância sutil, corroborada pelas câmeras presentes nos corredores, mostrando o discurso autoritário que se transmuta em proibições: aqui pode entrar, ali não pode, isto é permitido, aquilo não. Orlandi afirma que

> a colocação do discurso em palavras, tem uma relação necessária com o político: todo dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com a relação de poder. Essas relações se definem por sua inscrição em diferentes formações discursivas que representam diferentes relações com a ideologia, configurando o funcionamento da língua regida pelo imaginário. (2001, p.129)

O espaço da escola torna muito clara a percepção das posições ocupadas pelo sujeito e o quinhão de autoridade que esses lugares legam a quem os ocupa: diretor, professor, coordenador, por isso, Orlandi (2001,p.25) salienta que "a AD trabalha no entremeio, fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva." Logo, os dizeres presentes no espaço escolar retratam um discurso heterogêneo, que é o produto de pré-construídos presentes na história da educação, nos saberes, no currículo, nas posições ocupadas pelos indivíduos que dirigem a escola e nas diversificadas FDs que permeiam o interdiscurso desses sujeitos. Ao abordar a questão do espaço, De Certeau considera:

> um termo que depende de múltiplas convenções, o Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o

> temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambigüidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um "próprio". O espaço é um lugar praticado. (2004, p.202)

Apesar de o tempo haver avançado e a tecnologia ter tomado conta de nossa civilização, o espaço escolar apresenta muito pouca modificação em sua estrutura, em seu funcionamento. Ele está estratificado em idéias de disciplinamento que fazem parte da visão educacional há muito tempo. O aluno tem de obedecer e o professor, o diretor, o coordenador são aqueles que ditam as regras para tornar os "corpos dóceis". O enquadramento às regras vigentes é o principal objetivo do espaço escolar.

3. ANÁLISE

Nos jardins da escola, que constituíam um espaço propício aos namorados, foi colocado um cartaz, dizendo:

"PROIBIDO ACESSO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS NO JARDIM, DURANTE O HORÁRIO DE AULA"

Segundo Fiorin (2005, p.265), "o espaço lingüístico é expresso pelos demonstrativos e por certos advérbios de lugar." Esse é o caso do discurso acima onde fica clara uma relação espaço temporal, pois a proibição está situada em um lugar e num tempo determinado. Para o autor, o uso de "no", preposição "em" mais artigo "o", demonstra uma

visão concentrativa, isto é, o espaço está delimitado em um local pré-estabelecido, pelo enunciador.

A materialidade do discurso produz efeito ao se tornar texto, deixando espaços para o equívoco, para as múltiplas leituras do sujeito. Assim percebe-se que o sujeito–escola está mostrando, através de seu discurso, os sentidos, através deste texto e não de outro, efetivando assim a ilusão de unidade, de autonomia, de responsabilidade. Sabe-se que, na verdade, os discursos são sempre incompletos. E, nessa incompletude, surge uma das interpretações possíveis. O aviso em questão foi colocado porque os alunos costumavam ir para o jardim tocar violão, conversar, namorar. Os inspetores perceberam, fizeram queixa à direção, e os alunos foram tirados do jardim porque sua atitude demonstrava "uma liberdade perniciosa que ia contra a moral e a disciplina da escola". Como castigo, surgiu a proibição que foi aplaudida por muitos educadores. Para Foucault,

> a "física" do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da ótica e de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos "corporal" por ser mais sabiamente "físico". (2000, p. 148)

Assim, o espaço escolar do aluno é delimitado pelo poder e restrito aos lugares onde pode ser observado, vigiado, na tentativa de discipliná-lo, amoldando-o ao sistema. No horário de recreio, o aluno pode habitar o jardim, mas o tempo é tão curto que mal dá para fazer um lanche e, ao mesmo tempo, existe vigilância dos inspetores e dos professores que ficam na sala "sagrada do cafezinho" com aberturas de vidro que dão para o jardim.

Os espaços onde o aluno pode permanecer são muito restritos, a não ser as salas de aula e a Biblioteca (onde não pode haver barulho), sendo, então, a sala de aula o local em que eles extravasam sua agressividade.

Com poucos lugares para conversar e criar laços afetivos, os alunos são disciplinados para a competição e para o silenciamento. Para Louro (2001, p.21),

> um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular.

Sendo assim, o aluno é condicionado pelas regras do espaço escolar, deixando de lado suas opiniões pessoais, sua espontaneidade de extravasar seus sentimentos, fazendo escolhas até das críticas das quais pode utilizar-se. Para Foucault (op.cit, p.154) "o poder da norma funciona facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais".

Assim, no ambiente escolar, a tentativa de tornar iguais os alunos, através de normas sancionadoras, nada mais faz do que salientar as diferenças individuais entre o bom e o mau, o estudioso e o relapso, o conversador e o quieto, o inteligente e o "burro". Repete-se, na escola, a visão dos contos de fadas, das novelas, dos romances. São dois extremos que precisam ser visualizados, para garantir a "normalidade" do sistema escolar. E o professor que se rebela ao sistema, querendo estabelecer um espaço diferenciado, também é considerado um "mestre" que precisa retornar à razão, que não está habituado ao trabalho docente. Para a maioria dos professores, não existe uma outra forma de agir com o aluno, a não ser exercendo autoridade, promovendo proibições. Para eles, os docentes diferentes são os que precisam mudar porque as idéias destes não condizem com as de um "verdadeiro educador". Assim, na visão de uma boa parte das pessoas que lidam com a educação, no espaço escolar, é preciso proibir e coagir para formar; portanto, bons educadores precisam exercer sua autoridade, imposta pelo lugar que ocupam, e bons alunos devem obedecer, seguindo às regras que lhe são impostas para demonstrar o reconhecimento do lugar subordinado que lhes pertence.

Afixado na área da Educação Física, há um cartaz, contendo o seguinte enunciado:

"É PROIBIDO FICAR NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA FORA DO SEU HORÁRIO DE AULA"

Nesse enunciado, percebe-se claramente as relações de poder que envolvem o discurso do espaço escolar, pois há alguém que, ocupando uma posição de poder, está autorizado institucionalmente a realizar proibições, a controlar os corpos, a limitar o prazer. Aqui está em jogo o que Pêcheux denominou formações imaginárias. Segundo ele,

> o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (Pêcheux, 1997b, p.82).

É, pois, a partir das formações imaginárias que o sujeito discursivo estabelece os lugares ideológicos ocupados por ele e pelo seu interlocutor, determinando o que convém que seja dito, bem como o efeito de sentido que terá o seu dizer. Logo, as formações imaginárias permitem que o sujeito, ao ocupar uma posição dada, aquela de quem detém o poder, o que o autoriza a ordenar e a proibir, determine sua prática discursiva, mantendo o domínio sobre aquele que se apresenta sob sua dominação.

A presença do pronome possessivo "seu" evidencia a relação eu/tu que envolve o dizer e que pressupõe, conforme Benveniste (1976), uma polaridade, ou seja, o sujeito ao qual o *eu* se dirige, dizendo *tu*, também o chama de *tu*, tornando-*se eu*. O autor postula que

> a polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental (...). Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: *ego* tem sempre uma posição de transcendência quanto ao tu; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo uma oposição 'interior/exterior', e ao mesmo tempo são reversíveis. (1976, p.286)

Na relação eu/tu, estabelecida no cartaz, está bem delimitado o espaço entre quem produz o dizer proibitivo e quem deve obedecê-lo, ou seja, há uma relação eu-tu materialmente assimétrica, pois, mesmo que, num determinado momento, o *eu* passe a ser o *tu* e o *tu* a ser o *eu*, o poder característico do discurso do espaço escolar não se reverte, pois está-se diante de um discurso autoritário, o qual, segundo Orlandi (1996), procura estancar a reversibilidade.

Nesse enunciado, percebe-se a nítida dominação sobre os corpos, pois, no espaço (área da Educação Física), onde se pressupõe um local de reconhecimento e valorização do corpo, lá também há proibições, afinal, na escola, para tudo há espaço e tempo. O exercício do corpo não depende da vontade do sujeito-aluno, mas das normas impostas pela instituição e aplicadas pelos professores. Ao abordar a questão tempo-espaço, Harvey (2006, p. 189) postula que "as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social" e acrescenta: "As regras do senso comum que definem o 'tempo e espaço para tudo' por certo são usadas para conseguir e reproduzir distribuições particulares de poder social (entre classes, entre mulheres e homens etc.)." (ibidem, p.208). Na escola, a definição do espaço e do tempo busca evitar a liberdade dos corpos e torná-los dóceis, para mais tarde adaptarem-se à estruturação da sociedade, também baseada nas relações de poder.

Ao abordar-se a forma como o poder disciplinador da escola se exerce sobre os corpos dos alunos, fica evidente a posição desfavorecida que estes ocupam no espaço escolar, pois o tempo desfrutado e o espaço ocupado por seus corpos independem de sua vontade, sendo impostos pela escola, a qual desconhece suas necessidades, ignora seus desejos e nega suas historicidades. Aqui cabe se reportar a Foucault, o qual afirma:

> Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. (1999, p. 75)

Os saberes que envolvem o discurso do espaço escolar são criados e mantidos através dessa relação de poder escola/aluno, pois os sujeitos, dentro desse espaço, ocupam seus lugares e produzem seus dizeres a partir deles. No meio social, cada sujeito ocupa um lugar que é "constitutivo do que ele diz" (Orlandi, 1999, p.39), por aí estar em jogo uma formação ideológica. Portanto, quando o sujeito discursivo falar de um lugar que lhe confira certo poder em relação ao seu interlocutor (relação de forças), a sua argumentação será mais efetiva, tendo maior chance de persuasão. O funcionamento e o sentido do discurso da escola, assim como de todo discurso, são garantidos através do interdiscurso, o qual compreende todos os já-ditos que fazem sentido no discurso do sujeito. No discurso do espaço escolar, os já-ditos que nele emergem dizem respeito ao saber, à obediência, à hierarquia institucional, aos direitos, deveres e punições, o que faz com que cartazes como o que está sendo analisado veiculem através do termo "proibido" um conjunto de saberes que colocam o aluno em seu lugar de submissão determinado pelas leis do espaço escolar.

Pensando-se de forma similar a Ducrot, a forma "é proibido", recorrente na formulação dos enunciados dos cartazes, funciona como uma negação da expressão "é permitido", o que indicaria um enunciado polifônico. Esse tipo de negação assemelha-se à que Ducrot (1981) chama de polêmica, a qual "corresponde a um ato de fala, e que se apresenta, pois, como refutação do enunciado positivo correspondente" (ibidem, p. 98). Claro é que Ducrot apóia-se essencialmente na marca lingüística da negação, o que aqui não acontece, mas que, de certa forma, não impede a aproximação que se faz. A polifonia em questão está, pois, dando-se da seguinte forma:

E2 - "É proibido..." ≈ "Não é permitido..."

E1 – "É permitido..."

O que se percebe nesse tipo de enunciado é a presença de mais de um enunciador, apresentando pontos de vista antagônicos, mas, sob a ótica da AD, identificando-se ideologicamente com o enunciado proibitivo e negando qualquer possibilidade de aceitação do enunciado subjacente. Na verdade, ao proibir, o sujeito discursivo está fazendo uso do que Pêcheux (1997a) denomina "antecipação", a qual compreende a capacidade que o sujeito tem de se colocar no lugar do seu interlocutor e perceber o sentido produzido por suas palavras. Sendo assim, através do "mecanismo de antecipação", o sujeito discursivo controla o seu dizer de forma a produzir, no interlocutor, o efeito de sentido pretendido. Em

outras palavras, se o sujeito aluno tivesse a menor pretensão de pensar que, em ambientes supostamente concebidos como locais de prazer, de valorização do corpo, de sensação de liberdade, como deveriam ser os jardins e os espaços para atividades esportivas, mesmo dentro da escola, ele poderia estar longe das coerções tangentes à rotina escolar, o sujeito discursivo já estaria se antecipando, negando essa possibilidade, reiterando os saberes discursivos que circundam a escola, quais sejam de que o aluno, uma vez atravessados os portões do espaço escolar, deve calar seu desejo para que sua mente e seu corpo sejam domesticados.

4. CONCLUSÃO

A escola, sob a premissa de formar, educar, ensinar e transmitir conhecimento, atua mantendo as relações de poder e a reprodução social. Apesar de todos os estudos que vêm sendo desenvolvidos para mudar o ensino e o sistema de educação tradicional, nada tem sido feito efetivamente para mudar esse posicionamento que a escola desde sempre adotou, o de naturalizar a estruturação da sociedade em classes, o que envolve as relações de poder da classe dominante sobre a dominada. No espaço escolar, os alunos são tratados a partir de uma visão homogeneizante, que ignora as individualidades, o desejo e a historicidade. Sendo assim, esses sujeitos têm, eles próprios, que esquecer a heterogeneidade que os constitui para evitar que aquilo que já é penoso torne-se sofrível. Neste espaço de coerções, ainda resta ao aluno sonhar - embora preso entre paredes e muros altos que impedem a visão tentadora do mundo lá fora - com um outro espaço onde seu corpo e seu discurso possam acontecer. Assim, diz Harvey: "Reconhecemos, é verdade, que a nossa experiência subjetiva pode nos levar a domínios de percepção, de imaginação, de ficção e de fantasia que produzem espaços e mapas mentais como miragens de coisa supostamente 'real'" (Harvey, 2006, p. 188).

Apesar de tudo, como diz Foucault (1996), o poder produz saber e produz discurso, e, assim sendo, estes mesmos alunos, ainda que sob o exercício de um poder disciplinar, resignam-se, queixam-se, lamentam, protestam, procuram formas de driblar a ordem, ainda que com pouco êxito, pois a vigilância é cerrada. No entanto, mesmo sob o olhar panóptico, desenvolve-se um discurso de resistência, praticamente silencioso e sem espaço, mas que

existe, que está lá, significando, como um gemido de sujeitos, cujos corpos, por se constituírem discursivamente, querem (e precisam) existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Editora da EDUSP, 1976.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano1.* São Paulo: Vozes, 2004.

DUCROT, Oswald. *Provar e dizer:* leis lógicas e leis argumentativas. São Paulo: Global, 1981.

FIORIN, José Luiz. *Astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. *Vigiar e Punir*. São Paulo: Vozes, 2000.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado.* Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio. *Educação do corpo na escola.* Campinas: Autores Associados, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação:* autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Análise de Discurso:* princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *Discurso e Texto.* São Paulo: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: Gadet, Françoise; Hak, Tony. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b. p.61-252.